

Filosofia da história

Coleção **PASSO-A-PASSO**

CIÊNCIAS SOCIAIS PASSO-A-PASSO

Direção: Celso Castro

FILOSOFIA PASSO-A-PASSO

Direção: Denis L. Rosenfield

PSICANÁLISE PASSO-A-PASSO

Direção: Marco Antonio Coutinho Jorge

Ver lista de títulos no final do volume

Rossano Pecoraro

Filosofia da história



ZAHAR
Rio de Janeiro

Sumário

Introdução	7
Às origens da questão	9
A Providência e o sentido da história	11
Iluminismo e secularização	21
As grandes teorias da Modernidade	27
A negação do sentido histórico	41
A crise das filosofias da história	46
<i>Leituras recomendadas</i>	61
<i>Sobre o autor</i>	63

Introdução

O elemento essencial e constituinte da “filosofia da história” – em seu diferenciar-se da historiografia, do historicismo, da análise ou da narração metódica de fatos e ações humanas etc. – é a questão do sentido, da finalidade (*télos*) da história. Embora a expressão seja relativamente recente (foi usada pela primeira vez em 1765, pelo filósofo francês Voltaire, em *Filosofia da história*), reflexões de grande alcance sobre a história, o seu sentido e a sua finalidade surgiram tanto na Antiguidade clássica como na Idade Média e na Renascença. No entanto, é inegável a importância das teorias modernas desenvolvidas por autores como Kant, Hegel, Marx, cuja influência induziu vários comentadores a restringir um tanto arbitrariamente o âmbito de estudo da filosofia da história às doutrinas dos séculos XVIII e XIX. Essa tendência, se por um lado faz voltar a atenção para a centralidade de pensadores e obras da Modernidade, por outro não dá a devida estima nem às teorias das épocas precedentes nem às reflexões da atualidade sobre a crise da filosofia da história.

Além disso, há outro problema preliminar que deve ser enfrentado. Trata-se de uma sobreposição de planos

conceituais bastante evidentes na literatura crítica sobre o tema que não favorece a compreensão das suas principais diretrizes, uma vez que não separa a filosofia da história – enquanto reflexão *teórica* em torno da questão do seu sentido – da história entendida como curso dos acontecimentos e objeto de estudo dos historiadores. A partir daí surgiu uma série de leituras, quase sempre em desacordo entre elas, não só em relação à linha interpretativa adotada como à escolha de obras e autores que formariam o cânon da disciplina. Interpretações que ressaltam a proximidade da filosofia da história com a filosofia da ciência, o positivismo lógico, a filosofia moral ou o método analítico (sobretudo na literatura de língua inglesa, na qual, outrossim, se diferencia a “filosofia especulativa da história” da “filosofia crítica da história”, e há vários estudos de “filosofia analítica da história”). Ou que indicam um horizonte de referência muito mais amplo, no qual, porém, a investigação filosófica da história, em seu significado próprio, enfraquece-se por ser considerada em sua conexão com a ciência histórica, a antropologia, a sociologia. Não que tudo isso não tenha importância. Ao contrário, demonstra a riqueza e o rigor epistemológico do trabalho filosófico. Entretanto, cremos que é possível, decerto de maneira introdutória e preliminar, traçar com mais precisão e clareza o campo de ação da “filosofia da história”, *compreendida como disciplina autônoma que trata da questão do sentido da história*.

Esta é a finalidade principal do presente ensaio. Para alcançá-la, começaremos pela origem da interrogação acerca do *télos* da história. Em seguida, nos dedicaremos

à descrição da concepção linear (providencialista e cristã) em sua contraposição à visão cíclica da história, característica da tradição grega, e à exposição das grandes teorias da Modernidade, cujo nascimento está estreitamente ligado a um radical processo de secularização, ou seja, à laicização das crenças e das doutrinas teológicas do cristianismo e à sua conversão em princípios filosóficos, jurídicos etc. (a ideia de progresso substitui as de Providência e salvação, mas sem questionar a visão linear do tempo e da história). Por fim, trataremos da crise ou mesmo da negação radical das metafísicas e otimistas filosofias da história, que, de Schopenhauer, dos teóricos alemães da história e de Nietzsche, estende-se até a chamada “pós-modernidade”.

Às origens da questão

O significado originário do termo “história” é descrição, relato, narração de acontecimentos. Essa atividade, como nos revela a raiz indo-europeia do vocábulo, está relacionada – como explica Remo Bodei em *A história tem um sentido?* (2001) – ao “ver”, ao estar presente, ao testemunhar acontecimentos que não necessariamente pertencem a um passado distante, longínquo. Ao contrário, para os fundadores da historiografia ocidental, Heródoto e Tucídides, um acontecimento é histórico (e não arqueológico) apenas quando é narrado ou registrado por alguém que esteve presente, que o viu pessoalmente. Isso significa que a história nada mais é do que *histórias*, meros relatos de uma

série de fatos isolados, limitados quanto ao tempo e ao espaço e explicados segundo crenças ou critérios específicos de cunho épico-religioso (Heródoto) ou político-militar (Tucídides). É evidente que só uma radical transformação dessa visão poderia efetivar a passagem da história para a filosofia da história, isto é, da simples narração de acontecimentos para a ideia de um sentido, para a criação de um paradigma explicativo/hermenêutico da matéria bruta constituída pelas ações humanas.

A aurora dessa transformação se dá nas reflexões do historiador grego Políbio (século II a.C.), o primeiro a falar explicitamente em “história universal”, na qual confluem as várias histórias particulares, os fatos das várias partes do mundo até então isolados uns dos outros. Orientados pela perspectiva de um *futuro* que não se confunde com o passado (portanto, de um horizonte não fechado, que possui um sentido e um objetivo), os acontecimentos históricos convergem, agora, para um único fim, vale dizer, o domínio do Império Romano sobre o mundo. A contribuição de Políbio é, sem dúvida, significativa. Entretanto, no que diz respeito à reconstrução histórico-conceitual objeto de nosso estudo, não deve ser superestimada, pois atribui um papel hegemônico ao Acaso (ou Fortuna), toma em consideração exclusivamente os acontecimentos políticos, privilegia, apesar de tudo, o passado e o presente para interpretar, ou melhor, prever o destino dos Estados, funda-se em uma concepção de tempo e de história cíclica, periódica, com fases de nascimento, desenvolvimento, declínio e desaparecimento que se alternam e se repetem ao infinito.

Essa visão – que o pensamento grego sucessivo (Platão, Aristóteles) não modifica em sua essência e que será retomada, como veremos, por alguns importantes pensadores (Vico, Nietzsche, Spengler) – é suplantada pela ideia cristã, “sistemizada” por santo Agostinho e Joaquim de Fiore, de uma temporalidade linear, progressiva, orientada. Trata-se, ao mesmo tempo, da inauguração e do apogeu da grande estação das filosofias da história. A secularização das concepções religiosas e teológicas (a história como desígnio providencial de Deus, cuja finalidade é a salvação) ao longo da Modernidade não fará outra coisa senão confirmar, como mostraram Karl Löwith (*O sentido da história*, 1949), Jakob Taubes (*Escatologia ocidental*, 1947) e Emil Cioran, a fundamental importância e a vasta influência dessa concepção.

A Providência e o sentido da história

À noção clássica de tempo enquanto ciclo, eterno retorno sem princípio nem fim, baseada na observação do cosmo, na revolução dos corpos celestes, na alternância infinda de fenômenos naturais, a tradição judaica contrapõe uma visão linear da temporalidade à qual Deus garante inteligibilidade, finalidade, ordem, salvação. A teologia da história surge da experiência de Israel, da lógica da promessa, da esperança no advento do reino de Deus, no fim e no cumprimento da criação, do tempo e da história. Nos primeiros séculos da era cristã as doutrinas realçaram ora a